



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA: PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 107/2025**

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarmes 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de todos os equipamentos necessários para atendimento dos prédios das escolas municipais de Campo Bom.

O pedido de impugnação foi recebido pelo Portal de Compras Públicas sem documento anexo, razão pela qual transcrevo-o integralmente abaixo. Em alguns pontos fiz minhas considerações, as quais aparecem destacadas em *itálico*. Ressalto que as questões levantadas possuem caráter eminentemente técnico, motivo pelo qual encaminho o presente processo para análise e manifestação do setor competente.

Pedido de Impugnação:

Nome: HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA

CNPJ: 06.370.064/0001-60

Endereço: Rua Dezessete de junho

Município: Taquara

Estado: RIO GRANDE DO SUL

CEP: 95.600-106

E-mail: editaisfloripa@inovesempre.com.br

Telefone: (43)98801-0177

Pedido de Impugnação: Impugnação HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA

Justificativa: HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº06.370.064/0001-60, com sede na Rua Dezessete de junho, 2625, Taquara/RS - CEP 95.600-106, por intermédio de seu representante legal a Sr. MONICA ISABEL SIEBEL HEIDRICH, portador da Carteira de Identidade RG nº: 30268984934 e do CPF nº 489.379.750-68, vem respeitosamente perante a douta Comissão, tempestivamente, apresentar IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2025, com base nas razões que passa a expor.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

1 - DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, é de assinalar que a presente impugnação é tempestiva, desta feita, vem a Requerente, fazer jus ao seu direito de interpor tal pedido, face a permissão garantida em lei. Requerendo, ainda, que seja procedido o pedido no que tange a tempestividade do mesmo.

2 - DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/RS, através da Comissão Permanente de Licitação instaurou procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 107/2025, cujo objeto é Contratação de empresa para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarmes 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de todos os equipamentos necessários para atendimento dos prédios das escolas municipais de Campo Bom, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).

Contudo, a HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA tem este seu intento frustrado perante as imperfeições verificadas quando da leitura do instrumento convocatório, contra as quais, com o devido respeito, ora se investe, justificando-se tal procedimento ante as dificuldades observadas pela ora impugnante para participar de forma competitiva do certame.

Saliente-se que o objetivo da Administração Pública ao iniciar um processo licitatório é exatamente obter proposta mais vantajosa para contratação de bem ou serviço que lhe seja necessário, observados os termos da legislação aplicável, inclusive quanto à promoção da máxima competitividade possível entre os interessados.

Entretanto, com a não manutenção das referidas exigências, a competitividade pretendida e a melhor contratação almejada, poderão restar comprometidos, pois a melhor escolha depende de maior número de opções, obviamente, o que não se espera, não restando à HEIDRICH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA alternativa, senão impugnar os termos do Edital e seus anexos, o que o faz através da presente manifestação.

3 - DAS ALTERAÇÕES A SEREM FEITAS NO EDITAL

Inicialmente, como é cediço, o objetivo da licitação é possibilitar a participação do maior número de licitantes. Dessa forma, o edital deve estabelecer especificações, respeitado o Princípio da Livre Concorrência e Princípio da Isonomia.

Sabidamente, o processo licitatório tem entre suas finalidades procurar a proposta mais vantajosa para a Administração e proporcionar um elevado nível de competitividade e igualdade



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

de tratamento entre os participantes do certame, de forma a garantir o cumprimento dos princípios constitucionais da eficiência e isonomia, consoante art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Data vênua, não é o que se verifica no caso em análise. Compulsando o instrumento convocatório em seu termo de referência. Vejamos:

3.1 - Exigência de repetidores sem previsão no Termo de Referência

O Termo de Referência, em seu item 4.3 - Quantitativos Iniciais, não contempla repetidores como composição mínima do objeto. Pelo contrário, o próprio TR registra literalmente no rodapé que “eventual necessidade de instalação de repetidores por ausência de alcance da Central será de responsabilidade da Contratada”, deixando claro que tais dispositivos são apenas eventuais e não compõem quantitativo obrigatório.

Apesar disso, o edital exige que os licitantes apresentem atestado demonstrando a instalação de “44 unidades de repetidores comprovados, para um total de 52 pontos, quase 85% dos locais”. Essa exigência aparece associada ao item 7.1.4.2.2, que obriga a apresentação dessa comprovação.

Ocorre que o Termo de Referência não prevê repetidores como quantitativo inicial mínimo. Pelo contrário, o Edital afirma apenas que eventual necessidade de repetidores poderá ocorrer “por ausência de alcance da central”, sem qualquer previsão de quantidade obrigatória.

Assim, a exigência de 44 repetidores não tem origem no TR e foi criada exclusivamente pelo edital, configurando ampliação indevida do objeto e violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Considerações do Pregoeiro:

Aqui a empresa se equivocou ao afirmar que a exigência não tem origem no Termo de Referência e teria sido criada exclusivamente pelo edital. A especificação consta na cláusula 8.1.4.2 do Anexo I – Termo de Referência, página 38 do edital.

Dessa forma, por se tratar de um documento de natureza técnica exigido pela Secretaria solicitante, cabe ao setor técnico manifestar-se sobre essa parte da impugnação, justificando a eventual manutenção da exigência ou, se for o caso, indicando a necessidade de retificação do edital.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

3.2 - Exigência simultânea de tecnologias tecnicamente incompatíveis

O próprio edital, no item 7.1.4.1.1, determina que os atestados comprovem experiência com centrais de no mínimo 800 MHz, sensores semiabertos, repetidores, expansores e suporte técnico completo, conforme trecho: “manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico para centrais de no mínimo 800MHz (...) repetidores”.

No entanto, conforme as especificações técnicas das principais marcas nacionais, “as marcas que operam acima de 800 MHz não possuem sensores semiabertos”, enquanto os modelos que possuem sensores semiabertos não admitem repetidores.

Ademais, o único equipamento que conciliava parte dessas características, o “JFL 32 Duo”, “foi retirado do mercado pelo fabricante no ano de 2024”.

Dessa forma, o edital exige simultaneamente elementos que não coexistem em um único sistema atualmente disponível no mercado, tornando a exigência tecnicamente impossível de ser atendida e restringindo injustificadamente a competitividade.

Considerações do Pregoeiro:

Aqui também há uma questão de teor técnico, dessa forma, cabe ao setor técnico manifestar-se sobre essa parte da impugnação, justificando a eventual manutenção da exigência ou, se for o caso, indicando a necessidade de retificação do edital.

3.3 - Aplicação da regra dos 50% sobre itens que não integram o TR

O edital, no item 7.1.4.2.1, determina que o licitante comprove “execução no mínimo de 50% dos quantitativos totais previstos no Termo de Referência”.

No entanto, conforme registrado no próprio documento técnico apresentado, “o Termo de Referência NÃO pede repetidores, nem expansores”, mas o edital, em desacordo com o TR, exige expressamente a comprovação de “44 unidades de repetidores comprovados”.

Portanto, o edital utiliza o percentual de 50% de quantitativos, mas inclui dentro desse cálculo equipamentos que não constam no TR. Isso evidencia contradição entre edital e TR, sendo impossível exigir comprovação de um item que não integra o projeto básico e que sequer compõe os quantitativos iniciais previstos.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Considerações do Pregoeiro:

A empresa se equivoca novamente, afinal não há contradição entre edital e TR. A especificação mencionada consta na cláusula 8.1.4.2 do Anexo I – Termo de Referência, página 38 do edital. Acredito que ao responder as questões do subitem 3.1 essa também seja respondida.

3.4 - Exigência de comodato como experiência obrigatória, sem pertinência técnica

Ainda no mesmo item 7.1.4.1.1, o edital exige que os atestados comprovem comodato dos equipamentos, além de manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico.

Contudo, conforme indicado pela equipe técnica, “atualmente as empresas LOCAM e não COMODATAM equipamentos na iniciativa privada”.

Ou seja, o edital vincula a habilitação técnica a um modelo comercial específico, que não é prática dominante no setor e que não guarda relação direta com a capacidade técnica de prestar serviços de monitoramento eletrônico.

Essa exigência não se justifica tecnicamente e restringe a participação de empresas plenamente aptas à execução do contrato.

Considerações do Pregoeiro:

Aqui também há uma questão de teor técnico, dessa forma, cabe ao setor técnico manifestar-se sobre essa parte da impugnação, justificando a eventual manutenção da exigência ou, se for o caso, indicando a necessidade de retificação do edital.

3.5 - Ausência de definição técnica sobre redundância, apesar dos trechos do edital e do TR

O edital prevê que as centrais devem possuir comunicação via internet e frequência mínima de 800 MHz, conforme trecho: “Centrais de alarme com comunicação via internet e frequência no mínimo de 800 MHz (...) repetidores”.

Já o Termo de Referência, no item 4.2.1, determina que a redundância deve ser especificada, afirmando que “a 1ª via de comunicação é internet, o que os 4 modelos de centrais possibilitam”, e que a 2ª via seria por chip 3G ou 4G, caso em que seria necessário “módulo de comunicação para o chip e o custo mensal de dados por local”.

Porém “no Termo de Referência não pede módulo de comunicação para redundância”.

Portanto, embora o Edital cite a necessidade de redundância, ele não define qual tecnologia será aceita, não lista módulos, não apresenta quantitativos, não indica custo de dados



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

e não descreve o padrão de comunicação redundante exigido, “não especifica o que entendem e pretendem com a redundância” e “nem mencionam os equipamentos necessários para isso”.

A ausência de definição técnica objetiva compromete a segurança jurídica do certame e impossibilita que os licitantes dimensionem corretamente suas propostas.

Considerações do Pregoeiro:

Aqui também há uma questão de teor técnico, dessa forma, cabe ao setor técnico manifestar-se sobre essa parte da impugnação, justificando a eventual manutenção da exigência ou, se for o caso, indicando a necessidade de retificação do edital.

3.6 - Inconsistência entre capacidade, expansão e sensores semiabertos

O Termo de Referência, no trecho apresentado, registra que “dos 4 modelos de centrais possíveis, todas têm a capacidade mínima, porém apenas 1 modelo possibilita a expansão para mais de 32 zonas e não possuem sensores semiabertos”.

Já os modelos que possuem sensores semiabertos não permitem expansão superior a 32 zonas.

Assim, o edital exige simultaneamente expansão acima de 32 zonas e sensores semiabertos, embora tais características não coexistam em nenhum equipamento disponível no mercado brasileiro.

Trata-se de exigência tecnicamente inexecutável, o que viola os princípios da razoabilidade e da competitividade.

De acordo com o entendimento de Marçal Justen Filho: “A EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DEVE ESTAR ESTRITAMENTE VINCULADA À NATUREZA DO OBJETO LICITADO, SENDO INADMISSÍVEL A IMPOSIÇÃO DE REQUISITOS QUE EXTRAPOLEM O NECESSÁRIO PARA A GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL.” JUSTEN FILHO, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2017).

Conforme destacado pelo Celso Antônio Bandeira: “A PROPORCIONALIDADE É PRINCÍPIO LIMITADOR DO PODER DISCRICIONÁRIO, EXIGINDO QUE AS MEDIDAS ADOTADAS SEJAM NECESSÁRIAS, ADEQUADAS E PROPORCIONAIS EM RELAÇÃO AOS FINS COLIMADOS.” (Curso de Direito Administrativo, 2021).”



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Considerações do Pregoeiro:

Aqui também há uma questão de teor técnico, dessa forma, cabe ao setor técnico manifestar-se sobre essa parte da impugnação, justificando a eventual manutenção da exigência ou, se for o caso, indicando a necessidade de retificação do edital.

4 - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se o acolhimento da presente impugnação, com a devida retificação do edital para excluir as exigências que não constam do Termo de Referência, bem como aquelas tecnicamente incompatíveis ou desproporcionais, garantindo a plena aderência ao objeto e a regular competitividade do certame.

Considerações do Pregoeiro:

Há a possibilidade da empresa, durante a elaboração do pedido de impugnação, ter confundido as nomenclaturas dos documentos e tratar edital e seu Anexo I – Termo de Referência apenas como “edital” e chamar o ETP (Estudo Técnico Preliminar) de “TR”. Considerando que o ETP, como o próprio nome diz é um estudo preliminar, pode conter certas divergências entre ETP, TR e edital, por isso há no edital a cláusula 16.6, que diz:

16.6. Em caso de eventual divergência entre as disposições constantes dos documentos que integram a fase preparatória da presente licitação — tais como o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e a Minuta de Contrato ou demais anexos— e aquelas previstas neste Edital, prevalecerão sempre as disposições estabelecidas no Edital, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021.